

E. coli: uma doença em notícia em discursos de incerteza e contradição

Felisbela Lopes*, Teresa Ruão**, Sandra Marinho***, Rita Araújo****¹

*Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais

**Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais

***Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais

****Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Resumo

Um surto raro de E. coli surgiu, em Maio de 2011, na Alemanha, sem que se encontrasse uma causa clara. Durante várias semanas, fontes oficiais arriscaram dar explicações prováveis que o desenrolar dos acontecimentos veio a contrariar. Ao longo desse tempo, os media foram ampliando contradições, fazendo arrastar um clima de incerteza que teve como consequência mais visível a diminuição drástica no consumo de vegetais.

Este artigo estuda a mediatização que a imprensa portuguesa fez a este surto, procurando perceber os processos de construção de noticiabilidade e as fontes que foram interpeladas pelos jornalistas. Os jornais escolhidos foram o *Público*, o *Jornal de Notícias* e o *Expresso*, que publicaram sobre este assunto 52 artigos nos quais foram citadas 163 fontes de informação.

Palavras-chave: jornalismo de saúde, comunicação de crise, comunicação de risco, doença, tematização, fontes de informação

Abstract

On May 2011, Germany was involved in a rare outbreak of E. coli for which there was no clear cause. For several weeks, official sources sought to give plausible explanations that were denied by the course of events. Throughout that period of time, the media echoed these official contradictions, contributing to promote uncertainty among the population which had as most visible consequence the decrease in vegetables' consumption.

This paper studies Portuguese media coverage during this outbreak, looking for understanding news production processes and news sources behavior. We analyzed three Portuguese newspapers (*Público*, *Jornal de Notícias* and *Expresso*) and a corpus of 52 news pieces, with 163 sources.

Keywords: health journalism, crisis communication, risk communication, disease, news sources

1. INTRODUÇÃO

Em Maio de 2011, a Alemanha viu-se envolvida num surto raro de E. coli, uma doença hemorrágica que provocou 48 mortes no país num curto espaço de tempo. As explicações avançadas foram várias, e contraditórias, em diferentes fases da gestão do risco e da crise que mais tarde se viu instalada. Como a causa inicial do surto, que apontava como origem o consumo de pepinos oriundos de Espanha, não foi

¹ Artigo escrito no âmbito do projecto "A doença em notícia" (projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. PTDC/CCI-COM/103886/2008).

confirmada, as autoridades avançaram erráticamente para novas explicações, como o uso alimentar de outros legumes crus, de rebentos vegetais ou de sementes de feno-grego. Neste contexto, promoveu-se uma comunicação desorientada com instruções de protecção à população europeia, em particular aquela residente na Alemanha. Diariamente, os media ampliavam notícias desencontradas, citando fontes oficiais. Em Portugal, a noticiabilidade deste surto ia fazendo eco de um eventual contágio da população portuguesa (em território nacional e fora dele) e dos efeitos que os alertas internacionais podiam ter nas exportações nacionais.

Neste texto, vamos estudar a mediatização feita na imprensa portuguesa do surto infeccioso de E. coli, uma doença em notícia sob um discurso pautado pela incerteza e contradição, em três jornais nacionais – o *Público*, o *Jornal Notícias* e o *Expresso* – no período entre 27 de Maio e 7 de Julho, o que soma um *corpus* de 52 artigos. Dessa análise, ressaltamos um trabalho jornalístico marcado por uma discussão de causas prováveis, alimentada por fontes institucionais, sobretudo internacionais, que não talvez não tenham correspondido às necessidades informativas e de protecção das populações.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Entre o Risco e a Crise

Compreender a noticiabilidade resultante do surto de E. coli implica, também, analisar os processos de comunicação de risco e/ou crise inerentes à mediatização desta doença. Na verdade, a produção noticiosa encontrada no nosso estudo sugere um conjunto de procedimentos promovidos pelas diferentes entidades envolvidas no assunto e mostra-se influenciada pelas estratégias de comunicação desenvolvidas (ou falta delas).

A literatura especializada sugere a importância de se distinguir *comunicação de risco* e *comunicação de crise* como duas áreas específicas, mas complementares. A comunicação de risco está, tradicionalmente, associada à comunicação na saúde e aos esforços desenvolvidos por entidades diversas para prevenir as populações sobre os riscos associados a determinado comportamento ou a perigos ambientais. Por outro lado, a comunicação de crise insere-se nas actividades de relações públicas e está relacionada com os esforços comunicativos que é necessário empreender, por uma empresa/instituição/marca, para prevenir ou reparar percepções durante ou após uma situação de crise ou de desastre (Benoit, 1997; Reynolds & Seeger, 2005; Seeger, 2006; Salgado *et al.*, 2010).

Assim sendo, uma das principais diferenças entre a comunicação de risco e a comunicação de crise tem que ver com as suas origens. A comunicação de risco relaciona-se com a identificação de riscos para a saúde pública e com os esforços subsequentes para persuadir o público a adoptar comportamentos

saudáveis e livres de risco; e a comunicação de crise está associada ao esforço para gerir e definir estrategicamente as percepções do público, de forma a reduzir os prejuízos da crise tanto para as organizações como para os seus *stakeholders*². Alguns autores, contudo, defendem a importância de combinar estas duas áreas na gestão de ameaças para a saúde pública. Reynolds e Seeger (2005) sugerem uma prática designada de “comunicação de crise e de emergência de risco” (*Crises and Emergency Risk Situation* - CERC; na linha de Reynolds, 2002) enquanto modelo de actuação capaz de gerir as diferentes necessidades comunicativas face às várias audiências e às múltiplas exigências em fases distintas de uma ameaça e/ou evento crítico. Dessa combinação de práticas de comunicação de risco e crise resultou a consideração de um modelo de gestão, de ameaças ou situações críticas, organizado em cinco fases: *risco, erupção, limpeza, reconversão e avaliação*. Para os autores, esta constituiria uma forma de potenciar e complementar o que de melhor têm as áreas de gestão comunicativa do risco e da crise.

Ora, no caso da saúde, estas podem constituir fases sequenciais de uma situação de alarme de saúde pública. A comunicação de risco em saúde pode, pois, derivar para a necessidade de comunicação de crise, quando o risco não foi contido e a situação deu origem a uma crise de saúde pública. Nestes casos, um dos elementos nucleares parece ser o desenvolvimento de planos de comunicação capazes de devolver a confiança às autoridades e à sua capacidade de produzir orientações credíveis de actuação face ao problema público.

Neste contexto, os autores chamam a atenção para a importância do desenvolvimento de relações saudáveis entre as organizações e os media, antes, durante e depois de determinada ocorrência (Williams & Olaniran, 1998). A rapidez de informação proporcionada pelos media bem como o seu grau de repetição e redundância tornam-nos muito úteis no fornecimento de informação às populações em situações de risco ou crise. Sublinhe-se que essas mensagens informativas devem ser acompanhadas de preocupações de educação, motivação, confiança ou protecção (Vaughan & Tinker, 2009).

Alguns estudos referem igualmente os perigos associados à comunicação mediática em situação de risco/crise (Fischhoff, 1995; Vaughan & Tinker, 2009). Devido à premência dos assuntos em causa, o trabalho de assessoria de imprensa tende a ser menos preparado, assumindo frequentemente a forma de *briefings*, conferências de imprensa ou anúncios públicos, que apresentam a vantagem da rapidez, mas são mais susceptíveis a erros de transmissão do que a comunicação escrita. Por outro lado, a complexidade dos temas, a necessidade de cruzar fontes e depoimentos e a urgência da informação dos media podem contribuir para a transmissão de incorrecções e a contradições. E, no processo, a relação entre jornalistas e fontes é dificultada.

² *Stakeholders*: conceito usado nos estudos de comunicação organizacional para designar grupos de pessoas/públicos que podem ou não estar representados nas organizações, mas com os quais estas têm relações de interdependência (Heugens *et al.*, 2002).

Como referem Atkin e Wallack (1990: 16), “os media sempre são parte essencial do processo de disseminação de informação sobre saúde pública, mas a relação entre os profissionais de saúde e os media nem sempre é pacífica. Os media e as instituições de saúde pública têm prioridades conflitantes”. Os autores realçam que esta situação de conflito pode levar mesmo a uma condição de frustração no modo como os media cobrem assuntos de saúde, conduzidos muitas vezes por tempos e agendas que condicionam a mensagem. Seale (2004: 52) fala até em “duas culturas” que criam “tensões entre o mundo dos jornalistas e o mundo dos cientistas”.

Perante uma ameaça, diferentes exigências e necessidades comunicativas emergem, num contexto que pede aos actores organizacionais e mediáticos uma capacidade de resposta fora de comum. E na situação de risco ou de crise, como o recente surto de E. coli na Alemanha, parece ser fundamental que os media e os profissionais de saúde colaborem, de forma a evitarem o pânico por parte das populações e a conseguirem, em conjunto, minimizar riscos e consequências. Neste *puzzle* de responsabilidades, a literatura reforça a importância do fortalecimento do nível de confiança do público nas políticas dos governos, quer pelo modo como as organizações comunicam, quer pela forma como os media reproduzem as mensagens (Pratt & Bloom, 1997; Vaughan & Tinker, 2009). Sem esse factor de confiança, o risco/crise pode sair agravado, bem como as suas consequências para as populações. Aliás, “desastres naturais e provocados pelo Homem, desde o Furacão Katrina aos ataques terroristas do 11 de Setembro ou aos mais recentes fogos na Califórnia, demonstraram já a importância da adesão do público às normas de saúde e segurança do Governo” (Paek *et al.* 2008: 60). Diferentes autores acentuam que o não cumprimento das normas governamentais em situações de emergência pode pôr a saúde pública directamente em risco (Reynolds & Seeger, 2005; Chong, 2006; Paek *et al.* 2008)..

Para melhorar a capacidade de resposta das populações às situações de emergência em saúde pública, têm vindo a ser desenvolvidos modelos de comunicação (como o CERC) que procuram melhorar a gestão de riscos e crises nos desafiantes contextos globalizados. A natureza das emergências, os níveis de ameaça enfrentados e a omnipresença da cobertura mediática parecem exigir abordagens mais compreensivas à comunicação e o desenvolvimento de sistemas de informação mediáticos mais credíveis.

2.2 O Caso da Bactéria E. coli

A bactéria *Escherichia coli* (E. coli) é geralmente encontrada no intestino de humanos e animais, sendo que a maioria das estirpes de E. coli é inofensiva, segundo a Organização Mundial de Saúde³. É transmitida a humanos principalmente através do consumo de comida contaminada, como carne crua ou mal cozinhada e

³<http://www.euro.who.int/en/what-we-publish/information-for-the-media/sections/latest-press-releases/germany-investigates-outbreak-of-haemolytic-uraemic-syndrome>

leite. O primeiro surto de *E. coli* aconteceu nos Estados Unidos, em 1982, sendo aí que esta bactéria foi reconhecida como potencial problema de saúde pública.

Em Maio de 2011, a Alemanha viu-se envolvida num surto de *E. coli* com uma estirpe rara denominada O104:H4, que produz toxinas conhecidas como Shiga ou verotoxinas, resultando numa doença chamada *E. coli* enterohemorrágica (EHEC). Esta manifesta-se através de sintomas como dores abdominais e diarreia sanguinolenta (colite hemorrágica), podendo originar febres e vômitos. A maioria dos pacientes infectados com este tipo de *E. coli* recupera no período de 10 dias, mas numa percentagem pequena de pacientes, particularmente crianças e idosos, a infecção pode levar a doenças mortais, como a síndrome hemolítico-urémica (HUS). Esta síndrome é caracterizada por falência renal aguda, anemia hemolítica e trombocitopenia (baixo número de plaquetas no sangue). Estima-se que cerca de 10% dos pacientes com EHEC possa desenvolver HUS.

A OMS classifica este surto como “pouco comum”, pelo seu rápido crescimento e por afectar em menor número os grupos de risco habitualmente mais susceptíveis: crianças e idosos. A 27 de Maio de 2011, a OMS escrevia no seu website⁴ que a “investigação epidemiológica para descobrir a fonte do surto está a decorrer”. E continuava: “Embora a fonte não tenha ainda sido determinada, os pepinos são os suspeitos, e o Instituto Robert Koch, na Alemanha, está a avisar as pessoas, como medida preventiva, para evitarem comer tomates, pepinos e alfaces, para além de tomarem as precauções habituais de higiene no manuseamento da fruta e vegetais”. De acordo com as Regras Internacionais de Saúde, a Alemanha notificou a OMS deste surto, considerando-se que tal “constituía uma potencial situação de saúde pública de preocupação internacional”. Na sua última nota sobre o surto de *E. coli*⁵ (datada de 22 de Julho de 2011), a OMS relata que 16 países (na Europa e América do Norte) reportaram casos de infecção pela bactéria.

A síndrome hemolítico-urémica deu origem a 908 casos e 34 vítimas mortais; a *E. coli* enterohemorrágica resultou em 3 167 casos de infecção e 16 mortes. A Alemanha foi o país mais afectado por esta estirpe de *E. coli*: 908 pessoas foram infectadas com HUS e 34 morreram; a infecção por EHEC resultou em 3167 casos e 16 mortes⁶.

⁴ Organização Mundial de Saúde: http://www.who.int/csr/don/2011_05_27/en/index.html

⁵ <http://www.euro.who.int/en/what-we-do/health-topics/emergencies/international-health-regulations/news/news/2011/07/outbreaks-of-e.-coli-o104h4-infection-update-30>

⁶ Dados da Organização Mundial de Saúde, relatório de 21 de Julho de 2011, 18h00 CET.

3. METODOLOGIA

Esta investigação, que se insere num projecto mais amplo de análise das doenças mediatizadas na imprensa portuguesa (Lopes *et al.*, 2009), pretende estudar a mediatização de um surto infeccioso que é noticiado sobre um discurso pautado pela incerteza. Este trabalho assenta num duplo eixo:

- a análise da tematização noticiosa produzida desde o aparecimento do surto até à declaração do controlo daquilo que se designa como uma epidemia;
- a análise das fontes de informação, feita aqui a partir das sete variáveis: *presença/ausência de referência às fontes; número de fontes citadas; lugar geográfico onde se situa a fonte; sexo; identificação; estatuto; e especialidade médica.*

Este é, acima de tudo, um estudo de mapeamento e de vocação extensiva, pelo que se privilegiou a análise quantitativa dos dados, centrada na estatística descritiva univariada. Estas opções assentam no propósito primeiro da pesquisa global que é o de fazer um levantamento de regularidades, não tendo havido lugar à formulação explícita de hipóteses ou à consequente medição da associação entre variáveis.

Quanto à selecção das unidades de análise, e no que toca à escolha dos meios de comunicação a estudar, optou-se pela amostragem não probabilística, nos termos que passamos a explicar. Antes de mais, escolheu-se a informação impressa, deixando de fora a televisão, a rádio e o *online*, apenas por uma questão de conveniência, face aos recursos disponíveis nesta fase e à maior facilidade de acesso aos dados. A opção pela imprensa generalista decorre dos objectivos do projecto, que pretende avaliar, entre outros pontos, a relevância (a partir do número de notícias) que os media deram ao surto infeccioso E. coli no contexto de tudo o que se constituiu como notícia no país, o que torna a imprensa especializada inadequada como unidade de análise. No que toca à escolha dos jornais *Expresso*, *Público* e *Jornal Notícias (JN)* (um semanário de referência e dois diários, um de referência e outro de cariz mais popular), trata-se de uma amostragem de casos típicos, sendo que a diferente periodicidade aponta para a hipótese implícita, ainda que não estritamente medida nesta fase da análise, de que poderá haver diferenças no tratamento dado por jornais que tenham periodicidade diária ou semanal e, na linha de uma outra hipótese, que tenham uma linha editorial de referência ou mais popular. Estas são, como referimos, hipóteses implícitas, mas ainda não medidas nesta fase da investigação.

O período seleccionado para análise obedeceu ao critério de emergência do tema: entre Maio e Julho de 2011. Nesse tempo, o *Público* produziu 21 textos sobre o tema, o *Jornal de Notícias* 27 e o *Expresso* 4. O somatório dá um *corpus* de 52 artigos, cuja análise passaremos a expor.

4. E.COLI: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE NOTICIABILIDADE

Em Portugal, a produção noticiosa do surto de E. coli pode dividir-se em quatro fases: primeiro, o surto infeccioso surge associado a pepinos produzidos em Espanha que seriam “aleadamente perigosos”; passados escassos dias, alarga-se a suspeição a outros vegetais; numa terceira fase, atribui-se a causa deste surto aos rebentos vegetais; e, na recta final, noticia-se que a “causa provável” seriam sementes de feno-grego importadas do Egipto. Todas estas explicações são apresentadas como probabilidades. Não há factos, mas possibilidades apresentadas como notícias.

4.1 Os pepinos espanhóis aleadamente perigosos

A imprensa portuguesa começa a relatar o surto de E. coli na Alemanha a 27 de Maio de 2011. Escreve-se que o Ministério da Agricultura alemão “alega” que pepinos espanhóis estarão “na origem de um surto infeccioso fatal no seu território” (*JN*, 27 de Maio). Informa-se que os pepinos eram comercializados no mercado central de Hamburgo e, segundo as autoridades alemãs, seriam eles os responsáveis pela morte de três pessoas e a infecção de outras 600. O título da notícia era o seguinte: “Portugal não importa pepinos mortais”. No dia seguinte, 28 de Maio, as notícias já avançam a possibilidade de os pepinos espanhóis não estarem na causa do surto infeccioso. A imprensa portuguesa cita várias fontes oficiais nacionais que contrariam a informação da véspera: ministra da Saúde e ministro da Agricultura asseguram que Portugal estaria protegido do surto infeccioso que se diz não ser espanhol (*JN*, 28 de Maio). Embora os títulos sejam inequívocos na negação dos factos do dia anterior, o discurso jornalístico mostra-se titubeante: “parece improvável que pepinos espanhóis exportados sejam a origem do foco infeccioso” (*JN*, 28 de Maio). A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica de Portugal inicia uma inspecção aos pepinos vindos de Espanha. Nasce assim a incerteza.

As notícias sucedem-se com uma tripla tematização:

- Ora relatando o crescente número de mortes ou de doentes com suspeita de infecção em vários países (“Há 1500 pessoas doentes na Alemanha”, *Público*, 2 de Junho de 2011; “Três portugueses com suspeita de infecção na Alemanha”, *JN*, 3 de Junho de 2011);
- Ora sublinhando o impacto comercial da noticiabilidade do surto na venda de pepinos (“Preço desce 35 cêntimos na produção”, *JN*, 31 de Maio de 2011; “Consumidores receiam comer hortícolas devido ao surto da bactéria E.coli”, *Público*, 4 de Junho de 2011);
- Ora dando conta da incerteza da origem da infecção (“Portugal analisa pepinos para despistar bactéria”, *JN*, 2 de Junho de 2011; “Ainda não há pistas sobre qual será o alimento na origem da doença”, *Público*, 3 de Junho de 2011).

Na noticiabilidade produzida, evidenciam-se dois registos antagónicos: no plano internacional, dá-se conta de uma situação generalizada de medo (“Surto infeccioso provocado por bactéria detectada em pepinos lança pânico na Europa”, *Público*, 30 de Maio de 2011); no plano nacional, há uma preocupação em manter um discurso calmo e positivo (Francisco George, director-geral de Saúde, afirma que a situação na Alemanha é “muito preocupante”, mas descansa os portugueses e diz que “o problema está circunscrito”, *JN* 31 de Maio; “Francisco George salientou que os casos notificados foram dentro daquilo que foi estipulado”, *Público*, 3 de Junho de 2011). No entanto, outros países na Europa têm posições mais alarmistas, proibindo a importação de pepinos espanhóis. É o caso da Bélgica. A República Checa e a Áustria retiraram o produto dos seus mercados, enquanto que a Rússia foi mais longe e impôs um embargo à importação de legumes provenientes de Espanha e da Alemanha.

4.2 Outros vegetais sob suspeita em contexto de incerteza

Paralelamente aos pepinos, o discurso jornalístico vai sublinhando outras causas para este foco infeccioso. Na edição de 31 de Maio de 2011, o *Público* noticia isto: “outros vegetais que se comem crus, como tomates e alfaces, estão também sob suspeita no Norte da Alemanha”. No entanto, não se evidencia nunca qualquer certeza. Nota-se na imprensa portuguesa alguma cautela nas notícias sobre E. coli, acabando os jornalistas por recorrer a expressões como “ao que tudo indica”, “parece”, “eventualmente”, etc.

“É um verdadeiro trabalho de detective aquele que têm de fazer as autoridades sanitárias alemãs para descobrir o foco da bactéria E. coli 0104:H4”, escreve o *Público* na edição de 2 de Junho. No dia seguinte, uma outra notícia refere que a bactéria que está a infectar pessoas na Alemanha “parece ser uma estirpe nova da *Escherichia coli*”. Mas não há certeza alguma: “De laboratórios alemães e chineses veio a confirmação de que se trata de uma nova estirpe; mas da Organização Mundial de Saúde a mensagem saiu confusa: será uma nova estirpe ou apenas uma “muito rara”?” A origem da infecção continua desconhecida, sendo que “as hipóteses mais prováveis” são a ingestão de legumes e vegetais crus contaminados por E. coli ou água não tratada, pode ler-se. A Organização Mundial de Saúde revela, lê-se na edição de 5 de Junho do *Público*, que há a possibilidade de o contágio da E. coli acontecer por transmissão directa: de pessoa para pessoa. No entanto, “a fonte da contaminação continua uma incógnita”.

Face a esta deriva, o discurso nacional, através da Direcção Geral de Saúde, continua a ser de desdramatização do caso. Os três portugueses que regressaram da Alemanha continuam sob suspeita de infecção, mas o director-geral de Saúde diz que “há um risco, mas é pequeno” (*JN*, 3 de Junho). Francisco George volta a insistir que “não há casos, há pessoas que se sentiram doentes”, repetindo o tom positivo e calmo que acaba por caracterizar o discurso nacional.

4.3 A hipótese dos rebentos vegetais e uma estratégia de comunicação errática

No dia 6 de Junho, a imprensa portuguesa avança com outra possibilidade relativamente à origem do surto. O *Público* escreve que rebentos de vegetais serão “a origem provável” do surto da bactéria *E. coli*. No entanto, ainda não há provas definitivas quanto a esta hipótese. Mas o Ministro da Saúde da Baixa Saxónia, Gert Lindemann, diz que “as pistas são suficientemente fortes para recomendar aos consumidores que não consumam rebentos de vegetais”. A estratégia de comunicação na Alemanha parece, até agora, ser inexistente. As autoridades vão avançando hipóteses não confirmadas da origem da *E. coli*, alertando a população para não consumir os alimentos alegadamente perigosos e causando danos na agricultura e economia por toda a Europa. No dia seguinte, o *Público* dá a notícia de que os primeiros testes feitos aos rebentos de vegetais deram negativo quanto à presença de *E. coli*.

A 8 de Junho, o mesmo jornal foca-se nas consequências do surto na economia europeia: “Apesar de os pepinos terem sido (...) ilibados enquanto origem do surto mais perigoso da bactéria, as autoridades de Hanover desaconselharam o seu consumo, assim como o de tomate e alface produzida na Europa, provocando pânico e uma quebra drástica do consumo de vegetais”. A gestão da crise é qualificada como “errática” pelo comissário europeu da Saúde, que critica o facto de ainda não se saber qual a origem do surto de *E. coli*. O alerta dado pelas autoridades alemãs em relação aos pepinos provenientes de Espanha revelou-se, segundo a mesma notícia, “prematureo e sem suficiente fundamentação científica”.

A 10 de Junho, a imprensa portuguesa refere que a pista dos rebentos de vegetais mudou de país, sendo que as autoridades holandesas anunciaram a descoberta de *E. coli* em rebentos de beterraba. Sem haver certezas das causas.

As notícias probabilísticas sucedem-se, com o *Público* a escrever que a Alemanha “acredita” que os rebentos de vegetais são a origem da *E. coli*. No seguimento da notícia, lê-se que os investigadores detectaram “provas infalíveis” numa quinta na Baixa Saxónia, sendo esta, segundo as autoridades alemãs, a causa “mais provável” para o surto. A Rússia promete agora levantar o embargo aos legumes da União Europeia, embora não diga quando.

O *JN* apenas avança a notícia dos rebentos de vegetais a 11 de Junho (cinco dias após isso ter sido noticiado no *Público*), referindo que foi identificada a “origem provável” do surto. A notícia assenta na probabilidade: “Embora ainda não haja confirmação laboratorial, tudo aponta para que a origem do surto esteja numa exploração de agricultura biológica em Bienenbüttel, na Baixa Saxónia”.

Face a estas eventuais causas para um surto, cuja responsabilidade foi inicialmente apontada a Espanha, os jornais vão progressivamente fazendo críticas às autoridades alemãs. Sem atribuir a afirmação a qualquer fonte de informação, na edição de 12 de Junho do *Público* escreve-se isto: “O pânico causado pelo surto causou convulsão na Alemanha e tensão nas relações com os vizinhos europeus, tendo as

autoridades de início apontado responsabilidades a pepinos oriundos de Espanha. A reabilitação da imagem do país – tido como exemplo máximo de eficiência e rigor – terá que ver-se a braços com as críticas feitas à demora em identificar a origem do surto e em fornecer informação correcta aos consumidores”. Por toda a Europa são apontadas falhas à gestão da crise por parte da Alemanha, que lançou o alarme junto dos consumidores sem provas concretas da origem do surto de E. coli. Entretanto, na Tailândia, as autoridades sanitárias indicaram ter encontrado a bactéria E. coli em couves-flor importadas da Europa. A 16 de Junho, o *JN* noticia a morte de mais um idoso, referindo ainda que “a actuação das autoridades de saúde alemãs é criticada internacionalmente e a nível doméstico”. A Rússia mantém o embargo à União Europeia, uma vez que as autoridades alemãs não se fixam numa causa provada e não há indícios do fim do surto.

O *Público* dá a sua última notícia sobre E. coli a 17 de Junho, avançando que sete crianças adoeceram no Norte de França devido a intoxicações alimentares graves provocadas por um “tipo raro” da E. coli. Isto aconteceu depois de terem ingerido hambúrgueres congelados comercializados pela cadeia de supermercados Lidl. No entanto, as autoridades francesas dizem ter a certeza de que não se trata da mesma estirpe que está a assolar a Alemanha. O diário *Público* interrompe assim a sua produção noticiosa do caso E. coli, não dando continuidade a um surto que ainda está longe de ter acabado. Também o *JN* noticia o caso das crianças hospitalizadas, avançando no entanto com números diferentes: seis crianças, em vez de sete. Francisco George, pelo lado português, critica a actuação da Alemanha e diz que houve “muitos erros de comunicação”, sobretudo por “falta de consistência e de rapidez” na resposta inicial das autoridades.

4.4 Um surto que termina com “causa provável”

A partir de 21 de Junho, a imprensa portuguesa inicia uma viragem no tipo de noticiabilidade que vem fazendo sobre este surto. Nesse dia, noticia-se que “duas crianças com E. coli já recuperaram” (*JN*). No dia seguinte, escreve-se que a “Rússia pode levantar embargo aos legumes” (*JN*). A 28 de Junho, o *JN* noticia que as “autoridades sanitárias de diversos países, nomeadamente da Holanda e do Reino Unido, estão cada vez mais convictas de que o surto de infecção por E. coli, que até ontem já causara 47 mortes, se relaciona com o consumo de rebentos crus ou mal cozinhados”. Todos estes textos são de pequena dimensão e as fontes citadas são escassas.

Apenas a 5 de Julho, o *JN* avança com a notícia de que o surto está a chegar ao fim na Alemanha. A notícia é baseada num comunicado do Instituto Robert Koch (agência federal para o combate a doenças), que diz haver “diversos indícios que apontam para o fim do surto infeccioso”. Neste contexto, a Agência Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) declara que um lote de sementes de feno-grego importado do Egipto pela Alemanha em 2009 “parece” ser o responsável pela epidemia de E. coli. Na sequência disto, a União

Europeia anunciou a “proibição temporária da importação de todas as sementes e rebentos de feno-grego oriundos do Egipto.” Dois dias depois, a 7 de Julho o *JN* escreve que a União Europeia declara controlada a epidemia de E. coli. A principal fonte de informação desta notícia é a directora-geral de Saúde e Consumo da Comissão Europeia que, em declarações à agência espanhola Efe, afirma o seguinte: “a situação está totalmente sob controlo, uma vez que a origem das infecções foi conhecida e neutralizada”. Curioso o facto de o texto jornalístico apontar as “sementes de feno-grego importadas do Egipto” como “causa provável” e não como causa inequívoca. A 26 de Julho, o Instituto Robert Koch declara o fim do surto infeccioso provocado por uma estirpe rara da bactéria E. Coli, que fez várias dezenas de mortos na Europa. Em todo o processo, imperou sempre a incerteza quanto às causas deste surto.

5. QUEM FALA DA E. COLI NA IMPRENSA PORTUGUESA? APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Na cobertura noticiosa da E. Coli, a maioria dos artigos analisados apresentam fontes de informação: 9 no caso do *Expresso*; 66 no *JN*; e 88 no *Público*. A média de fontes de informação citadas é de 3 por artigo⁷.

Maioritariamente de dimensão média, os textos noticiosos não abrem espaço a uma pluralidade de fontes de informação, particularmente no plano nacional. Quando se trata de ouvir fontes nacionais, os jornalistas tendem a interpelar os mesmos interlocutores, por norma apresentados com o estatuto de fontes oficiais. Cultiva-se aqui uma espécie de confraria à volta da qual se desenvolve uma noticiabilidade algo previsível. No plano internacional, há uma maior diversidade de pessoas ouvidas, opiniões que chegam em grande parte através de citações feitas a outros órgãos de comunicação social.

Nos jornais analisados mais de metade das fontes são identificadas, ou seja, citam-se interlocutores/documentos de quem conhecemos nome, cargo e proveniência (ver Quadro 1). Nos textos que falam da E. coli não há fontes anónimas, mas encontra-se uma percentagem significativa de fontes não identificadas, por outras palavras, fontes cujo nome não é divulgado, mas que falam a partir de uma determinada instituição/organismo (*Ex*: “médicos do hospital de Lille”, *Público*, 17 de Junho 2011; “...segundo a Organização Mundial de Saúde”, *Expresso*, 18 de Junho 2011; “...confirmou ao JN fonte do Ministério da Agricultura”, *JN*, 31 de Maio 2011). Não é este um traço muito comum no jornalismo de saúde desenvolvido na imprensa portuguesa que tende para uma homogeneização das fontes identificadas (Lopes *et al*, 2011). No entanto, neste contexto de incerteza que atravessa todo este surto infeccioso, percebe-se a dificuldade de uma determinada fonte assumir uma informação do ponto de vista pessoal. Fá-lo tendencialmente em nome colectivo. Em causa fica, acima de tudo, uma instituição: Direcção Geral de Saúde, Confederação Alemã dos Agricultores...

⁷ Recorde-se o número de textos em análise por jornal: Público = 21 textos; Jornal de Notícias = 27; Expresso = 4.

Quadro 1: Identificação das fontes de informação nos artigos noticiosos da E. Coli

	Expresso	Público	Jornal de Notícias
Fontes Identificadas	66,7%	76,1%	65,2%
Fontes não identificadas	33,3%	23,9%	34,8%

Na imprensa portuguesa, o surto de E. coli foi declinado em grande parte por fontes fora do campo da saúde. Quando os jornalistas procuravam interlocutores dentro do campo, faziam-no ao nível das fontes oficiais (ministra da Saúde, director-geral de Saúde, porta-voz da Comissão Europeia para a Saúde e o Consumo, Frédéric Vincent) que se circunscrevem aqui a um reduzido grupo de pessoas.

Poder-se-á afirmar que a tendência em ouvir pessoas dentro do campo da saúde não é comum ao *Expresso*, que recorre, numa percentagem acima dos 50 por cento, a fontes oficiais do campo da saúde. No entanto, o retrato traçado deste semanário não poderá ser representativo da cobertura noticiosa feita em Portugal, devido ao número reduzido de artigos publicados sobre este assunto. Importa a este nível considerar aquilo que é feito no *Público* e no *JN*. Aí, imperam interlocutores que não integram o campo da saúde. Exemplos: Fernando Serrasqueiro, secretário de Estado da Defesa do Consumidor (*Público*, 28 de Maio 2011); presidente do Observatório dos Mercados Agrícolas, Maria Antónia Figueiredo (*Público*, 1 de Junho 2011).

Ao contrário daquilo que é uma tendência do jornalismo de saúde desenvolvido na imprensa portuguesa (Lopes *et al*, 2011), este surto infeccioso não implicou a citação de um número significativo de documentos. Porque as fontes oficiais não produziram muitos comunicados e porque as fontes especializadas não desenvolveram muitos estudos.

Nota-se, também, uma presença pouco significativa das fontes especializadas, quer sejam institucionais (fontes que falam em nome de uma instituição, como Jaime Mota, coordenador do Laboratório de Biologia da Infecção do Instituto de Tecnologia e Química Biológica da Universidade Nova) ou não-institucionais (fontes que falam em nome pessoal, como o professor de Microbiologia Brendan Wren, da London School of Hygiene and Tropical Medicine). As fontes especializadas institucionais, como directores de serviço de hospitais ou directores de centros de investigação, não estão representadas no semanário *Expresso*, o mesmo acontecendo com os documentos.

Nas fontes fora do campo da saúde, ganham relevo os políticos e os media/sites noticiosos. É, portanto, a este tipo de fontes que os jornalistas parecem recorrer quando não vão buscar fontes ao campo da saúde.

Quadro 2: Estatuto das Fontes de Informação nos artigos noticiosos da E. Coli

	Fontes	Expresso	Público	Jornal de Notícias
Campo da Saúde	<i>Fontes oficiais</i>	55,6%	26,1%	24,3%
	<i>Fontes especializadas institucionais</i>	0	4,5%	3%
	<i>Fontes especializadas não institucionais</i>	11,1%	2,2%	3%
	<i>Documentos</i>	0	3,4%	10,6%
Fora do campo da Saúde	<i>Outras fontes</i>	33,3%	59,1%	53,1%

Com excepção do *Expresso*, que apresenta maioritariamente fontes nacionais (o que é explicado pela baixa produção noticiosa do semanário em relação ao caso E. coli), os jornais analisados mostram uma tendência para recorrer a fontes internacionais, em detrimento das nacionais. Percebe-se essa opção pelo desenrolar dos factos: este surto infeccioso atingiu particularmente alguns países europeus e foi lá que as fontes de informação tomaram posição em relação àquilo que ia acontecendo.

Percorrendo os artigos publicados na imprensa portuguesa, particularmente naquela feita a um ritmo diário, evidencia-se um conjunto significativo de textos cujo título incorpora o nome de um país europeu, maioritariamente Espanha e Alemanha: "Surto infeccioso na Alemanha não é espanhol" (*JN*, 28 de Maio de 2011); "Bactéria na Alemanha já fez dez vítimas mortais" (*Público*, 29 de Maio de 2011); "Alemanha acredita que rebentos de vegetais são origem da E. coli" (*Público*, 11 de Junho de 2011); "Surto de E. coli está a chegar ao fim na Alemanha" (*JN*, 5 de Julho de 2011). Está, deste modo, determinado o ângulo a partir do qual a notícia se desenvolverá e, neste contexto, impõe-se que as fontes ouvidas estejam ligadas àquilo que se relata. Se Portugal, durante este período, não foi afectado pelo surto da E. coli as fontes ouvidas nunca poderiam ser protagonistas dos factos. Apenas iam explicando algumas medidas preventivas face àquilo que viam acontecer fora do país.

Quadro 3: Geografia das Fontes de informação nos artigos noticiosos da E. coli

	Expresso	Público	Jornal de Notícias
<i>Nacional</i>	66,7%	22,8%	34,8%
<i>Internacional</i>	33,3%	76,2%	62,1%

Os artigos noticiosos da nossa amostra incorporam uma percentagem elevada de vozes declinadas no masculino. Este facto está provavelmente relacionado com o estatuto das fontes, essencialmente oficial. Há uma imensa minoria de fontes que falam no feminino (ver Quadro 4). Regista-se um grupo significativo de fontes apresentadas na forma colectiva. Este tipo de fonte ganha bastante expressividade, através do discurso da Organização Mundial de Saúde e das autoridades de saúde: *Expresso* (33,3%), *Público* (21,6%) e *JN* (28,8%). Exemplos “Ministério da Agricultura”, *Expresso*, 3 de Junho 2011; “segundo a Organização Mundial de Saúde”, *Expresso*, 18 de Junho 2011; “autoridades sanitárias austriacas”, *Público*, 30 de Maio 2011; “autoridades do estado federado da Renânia do Norte-Vestefália”, *Público*, 12 de Junho 2011; “as autoridades alemãs”, *JN*, 27 Maio 2011; “as autoridades tailandesas”, *JN*, 12 Junho 2011).

Quadro 4: Sexo das Fontes de informação nos artigos noticiosos da E. Coli

	Expresso	Público	Jornal de Notícias
Fontes masculinas	55,6%	31,8%	34,8%
Fontes femininas	11,1%	5,7%	7,6%
Fontes colectivas	33,3%	21,6%	28,8%
Não sei	0	1,1%	4,5%

6. CONCLUSÕES

Ao longo do surto de E. coli, a imprensa portuguesa desenvolveu um processo noticioso baseada em probabilidades. Num dia, escreve-se que tudo “teve origem em pepinos de Espanha comercializados no mercado central de Hamburgo” (*JN*, 27 de Maio), no dia seguinte noticia-se já isto: “Parece improvável que pepinos espanhóis exportados sejam a origem, como foi noticiado, do foco infeccioso que atingiu centenas de pessoas, matando seis, no Norte da Alemanha”. E esta incerteza mantém-se até Julho, altura em que este tópico desaparece dos palcos mediáticos. Não seria este avanço/recuo o esperado das fontes oficiais que, principalmente na Alemanha, se precipitam em convicções que rapidamente se transformam em dúvidas. Por outro lado, os jornalistas, ao citarem acriticamente aquilo que fontes de informação com cargos públicos anunciam, vão adensando o medo das populações que rapidamente diminuem o consumo de certos vegetais (Reynolds & Seeger, 2005; Chong, 2006; Paek *et al.* 2008). Na ambiguidade, o melhor é a precaução. Não se viaja para países onde o surto parece estar a desenvolver, não se compram produtos sob suspeita.

Sobre o comportamento das fontes oficiais, em matéria de comunicação de risco, ficou patente a ausência de uma verdadeira estratégia assente num diagnóstico seguro. A reacção imediata e a multiplicação de

explicações descredibilizaram o seu papel de protectores da saúde pública, confundiram as populações e afectaram as relações com os media. Além disso, a intervenção errática destas fontes poderá vir a comprometer uma necessidade futura de comunicação de risco na Europa, pela descredibilização a que foram votados os comportamentos das autoridades, tanto mais que não se trata de um caso isolado se atendermos aos recentes problemas com a gestão do risco de uma pandemia de gripe A em 2009 (Lopes *et al.* 2010). Nas circunstâncias relatadas neste estudo, exigir-se-ia, por parte das fontes oficiais, um diagnóstico cauteloso, a definição de uma estratégia de comunicação responsável e coerente, assim como a combinação das técnicas de comunicação de risco e crise face a uma emergência que apresentava contornos de problema emergente e de crise instalada (conforme sugestão do modelo CERC, apresentado por Reynolds e Seeger (2005) e descrito no enquadramento teórico).

Em relação às fontes de informação usadas pelos jornalistas, mais de metade é identificada, ou seja, são fontes em relação às quais conhecemos o nome, o cargo e proveniência. Este seria um traço positivo desta cobertura jornalística, se não houvesse um número significativo de fontes não identificadas, o que reflecte bem o mal-estar que certas entidades sentiam se assumissem a informação em nome próprio. Por isso, fazem-no em nome de instituições. De sublinhar que não existem aqui fontes anónimas.

Seguindo aqueles que falam com/para os jornalistas, constata-se que não existe uma pluralidade de vozes. Isso acontece mais ao nível das fontes nacionais do que nas internacionais. Citadas através de outros media ou chegando por outros canais, as fontes estrangeiras caracterizam-se por uma certa diversidade: ora porque falam a partir de pontos geográficos díspares, ora porque são citadas por meios de comunicação variados. Por cá, há uma tendência para usar as mesmas fontes, que geralmente se enquadram no grupo das oficiais. É com essa confraria, seleccionada entre uma elite, que se desenvolve um apertado processo de *agenda-setting* sobre aquilo que se discute em determinado momento, criando-se, conseqüentemente, uma espiral de silêncio na qual se precipitam especialistas e pontos de vista que importaria ouvir. Teria sido bom alargar o cerco daqueles que falam. Teria sido produtivo ouvir fontes especializadas que, a partir daquilo que fazem, explicassem esta deriva em torno das causas deste surto. Não foi essa a opção tomada. Valorizaram-se as fontes oficiais e estas optaram por dois discursos que foram crescendo em paralelo: ora procurando acalmar a população (“Em Portugal não há razões para alarme, insistem as autoridades”, *JN*, 31 de Maio de 2011); ora criticando as estratégias de comunicação da Alemanha (“Em Portugal, Francisco George criticou a forma de actuação da Alemanha, dizendo que houve ‘muitos erros de comunicação’ na resposta inicial das autoridades alemãs”, “sobretudo por falta de consistência e de rapidez”, *JN*, 17 de Junho de 2011).

Entre os discursos incertos das fontes e a posição acrítica dos jornais, comprovamos uma vez mais a fragilidade dos cidadãos face à construção noticiosa. Impossibilitados de descodificar o trabalho das fontes

e dos media, aos cidadãos não resta outra alternativa mais do que esperar destes uma informação mais fiável e oportuna.

Referências Bibliográficas

Atkin, C. & Wallack, L. (1990). *Mass Communication and Public Health Complexities and Conflicts*, Newbury Park, Ca: Sage Publications.

Benoit, W. L. (1997). "Image repair discourse and crisis communication", *Public Relations Review*, 23 (2), 177-186.

Chong, M. (2006). "A crisis of epidemic proportions: what communication lessons can practitioners learn from the Singapore SARS crisis?", *Public Relations Quarterly*, 51, 1, pp. 6-10.

Fischhoff, B. (1995). "Risk perception and communication unplugged: twenty years of process", *Risk analysis*, 15, 2, 137 – 145.

Lopes, F., Ruão, T., Pinto-Coelho, Z. (2009). "A Doença em Notícia; linhas de um projecto sobre a construção e monitorização da noticiabilidade sobre doenças". Comunicação apresentada no *VI SOPCOM*, Lisboa, Universidade Lusófona, 15 de Abril.

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., (2010). "Gripe A na Imprensa Portuguesa: uma doença em notícia através de uma organizada estratégia de comunicação", *Observatorio (OBS*) Journal*, vol.4 - nº4, 139-156

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Araújo, R. (2011). "Jornalismo de Saúde e Fontes de Informação - uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010", *Derecho a Comunicar*, nº2, 100-120.

HEUGENS, Pursey ; van den BOSCH, Frans; van RIEL, Cees B. (2002), "Stakeholder integration: building mutually enforcing relationships", *Business & Society*, 4, 1, 36 – 60.

Paek, H.-H.; Hilyard, K.; Freimuth, C.S.; Barge, J. K. & Mindlin, M. (2008). "Public Support for Government Actions during a Flu Pandemic: lessons learned from a statewide survey", *Health Promotion Practice*, 9, 4, 60-72.

Pratt, C.B. & Bloom, E. (1997). "Integrated communication campaigns for organizational crisis management in South Africa: implications for challenges today – and the Dawn of a New Millennium", *International Communication Gazette*, 59, pp. 311 – 329.

Reynolds, B.; Seeger, M. W. (2005). "Crisis and Emergency Risk Communication as an integrative model", *Journal of Health Communication*, 10, 43 – 55.

Salgado, P.; Ruão, T.; Machado, S. (2010). "Managing reputation risk: creating safety nets through corporate communication programs", *IAMCR Conference*, University of Minho, Portugal.

Seale, C. (2004). *Health and Media*, Malden, MA: Blackwell Publishing.

Seeger, Matthew (2006). "Best in crisis communication: an expert panel process", *Journal of Applied Communication Research*, 34, (3), 232 – 244.

Vaughan, E.; Tinker, T. (2009). "Effective Health risk communication about pandemic influenza for vulnerable populations", *American Journal of Public Health*, 99, S2, 324 – 332.

Williams, David E.; Olaniran, Bolante A. (1998). "Expanding the crisis planning function: introducing elements of risk communication to crisis communication practice", *Public Relations Review*, 24, 3, 387 –400

Cronologia E. coli:

JN, 27 de Maio 2011: "Portugal não importa pepinos "mortais""

Autoridades alemãs "alegam que pepinos espanhóis estarão "na origem de um surto infeccioso fatal no seu território": "o surto infeccioso causado por uma perigosa variante da bactéria intestinal Escherichia coli (...) teve origem em pepinos de Espanha comercializados no mercado central de Hamburgo".

JN, 28 de Maio 2011: "Surto infeccioso na Alemanha não é espanhol"

"Parece improvável que pepinos espanhóis exportados sejam a origem, como foi noticiado, do foco infeccioso que atingiu centenas de pessoas, matando seis, no Norte da Alemanha".

Público, 28 de Maio 2011: "ASAE investiga entrada de pepinos contaminados"

O secretário de Estado da Defesa do Consumidor admite que não há razões para alarme em Portugal, mas a ASAE está a inspeccionar a possível entrada de pepinos espanhóis em Portugal.

Público, 29 de Maio 2011: "Bactéria na Alemanha já fez dez vítimas mortais"

"Na quinta-feira, o Instituto de Higiene de Hamburgo afirmou que a bactéria teve origem em pepinos importados de Espanha e comercializados no mercado central de Hamburgo".

JN, 31 de Maio 2011: "Pepinos espanhóis ainda estão à venda"

O número de mortos na Alemanha sobe para 14, sendo que há agora 1200 casos suspeitos. Entretanto, em Espanha, o governo de Madrid estima que os prejuízos dos produtores espanhóis ascendam aos 200 milhões de euros, tendo pedido ajuda à União Europeia. O tom do discurso, em Portugal, continua a ser calmo: "Em Portugal não há razões para alarme, insistem as autoridades".

Público, 31 de Maio 2011: "Bactéria já matou 14 pessoas na Alemanha e não se conhece origem"

"Não são só os pepinos: outros vegetais que se comem crus, como tomates e alfaces, estão também sob suspeita no Norte da Alemanha". "Apesar de Espanha ter sido apontada como a origem dos legumes contaminados, a verdade é que pelo menos ontem não se conhecia a origem da infecção".

JN, 1 de Junho 2011: "Foco de bactéria não é espanhol"

Em declarações a um jornal diário alemão, a ministra da Saúde do governo autónomo de Hamburgo "disse que análises laboratoriais indicam que os pepinos espanhóis não são a origem do surto de síndrome hemolítica-urémica como complicação de gastroenterite aguda por E.coli enterohemorrágica". "Continuamos sem identificar a origem do surto", reconheceu a ministra, enquanto as autoridades alemãs "admitem como fonte provável do surto a ingestão de legumes e vegetais crus contaminados por aquela bactéria", informou ontem o director-geral da Saúde português."

Público, 1 de Junho 2011: "Cuidados sim mas com as viagens à Alemanha"

"Primeiro gerou-se o alarme em torno do perigo de comer pepinos espanhóis, agora o presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Mário Jorge Santos, aponta para os cuidados a ter com as viagens à Alemanha". "As primeiras análises aos pepinos espanhóis que se suspeitava terem estado na base do surto deram negativo".

JN, 2 de Junho 2011: "Portugal analisa pepinos para despistar bactéria"

"Dezassete mortos, milhões de euros de prejuízos, conflitos diplomáticos e muitas incertezas marcam a crise europeia desencadeada pela bactéria *Escherichia coli* enterohemorrágica, presente em produtos hortícolas". Portugal continua sem registos da bactéria, mas ainda assim várias amostras de pepinos nacionais começaram a ser analisadas no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Público, 2 de Junho 2011: "Mistério da origem da bactéria E. coli alemã continua e com infecções a dispararem"

"Os pepinos espanhóis estão oficialmente perdoados: a comissão Europeia levantou o alerta quanto ao seu consumo." "A origem desta vaga de doença continua misteriosa, e possivelmente activa". "É um verdadeiro trabalho de detective aquele que têm de fazer as autoridades sanitárias alemãs para descobrir o foco da bactéria *E. coli* 0104:H4."

JN, 3 de Junho 2011: "Três portugueses com suspeita de infecção na Alemanha"

"Três portugueses estão a ser submetidos a exames por se sentirem doentes e terem regressado da Alemanha". No entanto, Francisco George insiste que "não há casos, há pessoas que se sentiram doentes".

Público, 3 de Junho 2011: "A E. coli que causou surto na Alemanha tem ADN de outra bactéria mais tóxica"

A bactéria que está a infectar pessoas na Alemanha "parece ser uma estirpe nova da *Escherichia coli*". "De laboratórios alemães e chineses veio a confirmação de que se trata de uma nova estirpe; mas da Organização Mundial de Saúde a mensagem saiu confusa: será uma nova estirpe ou apenas uma "muito rara"?" "Enquanto o trabalho detectivesco e científico vai avançando, a guerra em Bruxelas e noutras capitais vai de vento em popa".

Expresso, 3 de Junho 2011: "Epidemia: O culpado é outro. Não se sabe é qual"

A OMS confirma que "a estirpe da bactéria *Escherichia coli* detectada nos pacientes é totalmente nova e altamente tóxica". "Apenas se sabe que esta estirpe é uma mutação genética e é resistente a vários antibióticos".

Público, 4 de Junho 2011: "Dois dos três casos suspeitos em Portugal não se confirmaram"

Dois dos três casos suspeitos em Portugal não se confirmaram; o terceiro doente continua internado mas está a recuperar.

“Apesar de as autoridades de saúde alemãs terem inicialmente atribuído o surto à contaminação de pepinos espanhóis, a origem da infecção continua a ser desconhecida, sendo as hipóteses mais prováveis a ingestão de legumes e vegetais crus contaminados por aquela bactéria ou água não tratada eventualmente contaminada”.

“Apesar de estar afastada a hipótese de serem pepinos espanhóis a origem do problema, as consequências da primeira teoria continuam a fazer-se sentir”. Houve quebras acentuadas nas vendas de legumes, e os produtores já estão a deitar para o lixo pepinos, alfaces e tomates.

Público, 5 de Junho 2011: “Dados da OMS levantam a hipótese de contágio da E. coli de pessoa para pessoa”

“Os dados da Organização Mundial de Saúde sobre o surto de E. coli na Europa levantam, pela primeira vez, a possibilidade de poder haver transmissão directa de humano para humano”.

“A fonte da contaminação continua uma incógnita”.

Público, 6 de Junho 2011: “E.coli: rebentos de vegetais são origem provável do surto”

“Rebentos de vegetais cultivados na Alemanha, na Baixa Saxónia, são a origem provável do surto da bactéria E. coli que já matou 22 pessoas na Europa, 21 das quais naquele país”.

Público, 7 de Junho 2011: “Primeiros testes aos rebentos de vegetais dão negativo a E. coli”

As autoridades alemãs revelaram que 23 das 40 amostras de rebentos analisadas deram negativo para E. coli.

Público, 8 de Junho 2011: “Países de UE exigem compensação integral dos prejuízos agrícolas”

“Apesar de os pepinos terem sido (...) ilibados enquanto origem do surto mais perigoso da bactéria, as autoridades de Hanover desaconselharam o seu consumo, assim como o de tomate e alface produzida na Europa, provocando pânico e uma quebra drástica do consumo de vegetais”. “A gestão algo errática da crise por parte dos responsáveis alemães, que depois de mais de duas mil pessoas contaminadas e 23 mortos continuam sem conhecer a origem da infecção” foi criticada pelo comissário europeu da Saúde.

***Público*, 9 de Junho 2011: “Novas infecções da E. coli estão a diminuir mas UE aconselha Alemanha a pedir ajuda”**

“A Comissão Europeia anunciou o aumento de 150 milhões para 210 milhões de euros da proposta de compensação financeira para os produtores de legumes da União Europeia, confrontados com uma quebra das vendas devido à epidemia da bactéria E. coli e os alertas sucessivos lançados pela Alemanha”.

***Público*, 10 de Junho 2011: “E. coli é detectada num pepino e faz 30ª vítima”**

“A E. coli que está a causar um surto grave na Alemanha fez a 30ª morte, anunciaram as autoridades alemãs, no dia em que pela primeira vez a bactéria foi encontrada nas cascas de um pepino consumido por uma família que ficou doente”.

Entretanto, “a pista dos rebentos de vegetais mudou ontem de país: as autoridades holandesas anunciaram que foi detectada em rebentos de beterraba uma variante da bactéria que se tornou potencialmente mortal na Alemanha”.

***Público*, 11 de Junho 2011: “Alemanha acredita que rebentos de vegetais são origem da E. coli”**

“As autoridades alemãs indicaram ontem que a causa “mais provável” do surto de E. coli, que já fez 31 mortes entre quase três mil pessoas contaminadas, são rebentos de vegetais produzidos no país, numa quinta da Baixa Saxónia, selada e sob investigação desde a semana passada”.

Entretanto, a Rússia prometeu levantar o embargo aos legumes provenientes da União Europeia.

***JN*, 11 de Junho 2011: “Rebentos na origem do surto”**

“A estirpe mortal da bactéria E. coli foi encontrada em rebentos de soja e outros grãos germinados, anunciaram ontem as autoridades alemãs. Identificada a origem provável do surto, foram levantadas restrições ao consumo de pepino, tomate e alface.”

***Público*, 12 de Junho 2011: “Quinta que está na origem do E. coli “não tem falhas””**

“O pânico causado pelo surto causou convulsão na Alemanha e tensão nas relações com os vizinhos europeus, tendo as autoridades de início apontado responsabilidades a pepinos oriundos de Espanha.

JN, 12 de Junho 2011: “Rebentos confirmados como origem da epidemia”

“Autoridades sanitárias alemãs confirmaram oficialmente que as análises laboratoriais comprovam que o surto da bactéria E. coli foi provocado por rebentos vegetais contaminados, com origem numa quinta biológica na Alemanha.”

Entretanto, na Tailândia, as autoridades sanitárias indicaram ter encontrado a bactéria E. coli em couves-flor importadas da Europa.

JN, 15 de Junho 2011: “Bactéria alimentar mata primeira criança”

“Uma criança de dois anos morreu ontem, no Norte da Alemanha, por infecção com a bactéria E. coli. É a primeira vítima infantil, que se junta aos 36 casos fatais até agora registados.”

JN, 16 de Junho 2011: “Mais um idoso vítima de infecção”

Morreu mais uma pessoa vítima da E. coli, desta vez um nonagenário. “A actuação das autoridades de saúde alemãs é criticada internacionalmente e a nível doméstico”.

“Perante a continuação do surto, sem que as autoridades alemãs se fixem numa causa provada, a Rússia mantém o embargo a legumes europeus, ao contrário do prometido na cimeira com a União Europeia, há uma semana.”

Público, 17 de Junho 2011: “Novo surto de E. coli afecta sete crianças no Norte de França”

As crianças adoeceram com intoxicações alimentares graves provocadas por um “tipo raro” da E. coli, depois de terem comido hambúrgueres congelados comercializados pela cadeia Lidl. “A administração regional de saúde disse “ter a certeza de que não se trata da mesma estirpe detectada nos rebentos de vegetais” responsáveis pelas contaminações no país vizinho”.

JN, 17 de Junho 2011: “E. coli leva crianças ao hospital”

Desta vez na cidade francesa de Lille, seis crianças foram hospitalizadas “devido a uma infecção alimentar ligada a um tipo raro de bactéria E. coli, após terem comido hambúrgueres congelados”. Segundo as autoridades francesas, estes casos não estão relacionados com o surto da Alemanha.

Em Portugal, Francisco George criticou a forma de actuação da Alemanha, dizendo que “houve “muitos erros de comunicação” na resposta inicial das autoridades alemãs”, “sobretudo por falta de consistência e de rapidez”.”

***Expresso*, 18 de Junho 2011: “E. coli: “O surto ainda não está controlado””**

“A falta de esclarecimentos convincentes sobre a origem do problema e a sua elevada perigosidade levam o responsável [da direcção-geral da Saúde] português a afirmar que “todos os alimentos são suspeitos, incluindo a água””.

***JN*, 28 de Junho 2011: “Rebentos são suspeitos no surto E. coli”**

“Autoridades sanitárias de diversos países, nomeadamente da Holanda e Reino Unido, estão cada vez mais convictas de que o surto de infecção por E. coli, que até ontem já causara 47 mortes, se relaciona com o consumo de rebentos crus ou mal cozinhados”.

***JN*, 5 de Julho 2011: “Surto de E. coli está a chegar ao fim na Alemanha”**

O Instituto Robert Koch emitiu um comunicado a revelar a existência de “diversos indícios que apontam para o fim do surto infeccioso”.

“A quebra de vendas levou a União Europeia a criar um fundo especial de apoio extraordinário para os produtores e a decidir rever o sistema de alertas alimentares, para evitar pânico sem base científica.”

***JN*, 6 de Julho 2011: “Feno-grego é nova pista para E. coli”**

“Um lote de sementes de feno-grego importado do Egipto pela Alemanha, em 2009, parece ser o responsável pelo surto de infecções pela bactéria E. coli, de acordo com a Agência Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA).” Na sequência disto, a União Europeia anunciou a “proibição temporária da importação de todas as sementes e rebentos de feno-grego oriundos do Egipto.”

***JN*, 7 de Julho 2011: “UE declara controlada a epidemia de E. coli”**